

# A mulher na área de segurança pública: um debate de gênero e representatividade no âmbito da Polícia Militar

**Crislaine Leticia Vereta**

Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

## Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo abordar a representatividade da mulher no âmbito da Polícia Militar, segundo produções de Teses desenvolvidas e disponibilizadas na plataforma Capes, dentre os anos de 2019 a 2024. Soma-se a isso, identificar os principais temas desenvolvidos voltados à área da mulher na segurança pública, a luta pelos seus direitos, como também seus desafios encontrados e trazidos ao setor acadêmico. A presença das mulheres na Polícia Militar tem aumentado significativamente nos últimos anos, sendo uma importante forma de representatividade e inclusão de gênero nesse ambiente tradicionalmente masculino. As mulheres na polícia militar desempenham as mesmas funções que os homens e são treinadas da mesma forma, demonstrando competência e profissionalismo no cumprimento de suas atividades. Diante do levantamento foram encontradas apenas três Teses desenvolvidas centralizadas no ano de 2020, com estudos de Polícias Militares do norte do país, sendo: Oliveira (2020), Pereira (2020) e Silva (2020). Portanto, o que se percebe segundo os autores, de forma unânime nas teses, que a questão do gênero está presente de forma discriminadora na maioria dos casos, que a figura feminina é vista no âmbito da polícia como reflexo de enfraquecimento da autoridade policial, comprometendo sua história e sua reputação de força física. Além disso, são subestimadas e não levadas a sério devido a estereótipos de gênero e expectativas sociais sobre o papel das mulheres na sociedade. Diante disso, importante que as instituições policiais reconheçam e abordem esses desafios para garantir um ambiente de trabalho seguro, inclusivo e equitativo para todas as suas integrantes, independentemente do gênero.

**Palavras-chave:** Segurança Pública. Polícia Militar. Gênero. Desafios.

## Introdução

A presença da mulher na área da segurança pública abrange uma discussão de grande relevância, já que demonstra estar presente em um âmbito que era de domínio masculino até então. A diversidade e representatividade tomam formas, disponibilizando a elas contribuir, compartilhar com diferentes perspectivas e abordagens para a resolução de problemas, tornando o trabalho em segurança pública mais eficaz. Soma-se a isso, a redução e busca pela igualdade de gênero, diante da qual a presença de mulheres cada vez maior no mercado de trabalho, em destaque na área de segurança desenvolve forças no combate e têm um papel crucial na luta contra a violência de gênero. Elas podem atuar de maneira mais sensível e empática em situações envolvendo vítimas, especialmente em casos de violência doméstica.

Destarte, a desconstrução de estereótipos com a presença das mulheres em funções de segurança também é um fator a se ressaltar, demonstrando que mulheres podem ser tão competentes e capazes quanto homens em atividades que exigem confrontos físicos e decisões difíceis sob pressão.

Neste viés que a pesquisa busca identificar na prática diante de estudos de doutorado desenvolvidos dentre os anos de 2019 a 2024, os quais debatem em torno de como se encontra esta relação de gênero, dentro do espaço da Polícia Militar, isto é, analisar o que se elenca nas três teses encontradas no site de levantamento da Capes, as quais discutem em torno da representatividade e das relações de gênero, destacando as principais pontuações realizadas por Oliveira (2020), Pereira (2020) e Silva (2020).

A inclusão de mulheres ganhou mais incentivo a partir de 1980, em que se almejava poder melhorar a imagem das instituições de segurança pública, promovendo um olhar mais humanizado e acessível, podendo facilitar a relação entre a polícia e a comunidade, resultando em mais confiança e colaboração (Pereira, 2020). Entretanto, apesar de avanços percebidos, as mulheres ainda enfrentam vários desafios na área de segurança pública, como discriminação, assédio e a necessidade de provar constantemente sua competência. Muitas vezes, elas têm que lidar com uma cultura institucional ainda machista (Oliveira, 2020).

## Desenvolvimento

Os resultados encontrados por meio da busca de teses no banco de dados da Capes, as quais debatem sobre a representatividade da mulher no âmbito da Polícia Militar, dentro do recorte temporal de 2019 a 2024, foram detectadas apenas três, sendo: *Jarros, adornos ou profissionais? um olhar sobre o papel da mulher na Polícia Militar da Paraíba*, da pesquisadora Sandra Silvestre do Nascimento Silva (2020); *“Mulheres de guerra e de paz”: A constituição subjetiva das mulheres policiais do Estado de Minas Gerais através da análise de seus discursos à luz de teorias de poder e gênero*, tendo como autor Francisco Malta de Oliveira, 2020; *A profissionalização de mulheres e homens na Polícia Militar mineira segundo a perspectiva de gênero*, do pesquisador Eduardo Godinho Pereira, 2020.

Partindo do pressuposto quanto ao quantitativo de produções apresenta-se com baixo número de pesquisa sobre a temática, em que os três trabalhos encontrados se concentram na região norte do país. Diante disso, elenca-se ser uma área de pouca pesquisa, quanto se especifica teses, ressalta o fato de poucos estudantes da área de segurança pública que chegam a este índice de estudo, sendo o doutorado.

Silva (2020) objetivou em sua pesquisa identificar as práticas utilizadas para a incorporação *habitus* Policial Militar na Paraíba, adjunto de seu contexto que marca a corporação, como obstáculos presentes em torno da aceitação da mulher enquanto profissional de Segurança Pública. Para alcance dos resultados, foram desenvolvidas entrevistas com 30 policiais, demarcando a priori uma reflexão da inserção das primeiras soldadas incluídas na Corporação. O hábito defendido pela pesquisadora alinha-se a perspectiva de Bourdieu, o qual coloca sua distinção sobre hábito, sendo tudo aquilo que está associado a uma ação, e representação deste, o que vem sendo de grande valia a sua área temática quanto a masculinidade observada por Silva, visto que, estar associada à figura de policiais militares,

coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro os hábitos não se diversificam a não ser que mude o tipo de ação, de fato, todas as ações da mesma espécie pertencem ao mesmo hábito. Sendo que a espécie da ação deriva do objeto segundo sua razão formal, é necessário que a ação seja da mesma espécie que se liga à razão do objeto, e que se ligue ao objeto sob tal razão, como é da mesma espécie a vista pela qual se vê a luz e pela qual se ver a cor dependendo da razão da luz. (Bourdieu, 1994, p. 61).

Deste modo, perpassando que a presença feminina ainda não foi pacificada, a exemplo da Polícia Militar de Minas Gerais, Oliveira (2020), levando em consideração terem passados quase quatro décadas do ingresso feminino na Polícia Militar de Minas Gerais, busca focar a reflexão de sua tese no modo dos discursos das policiais militares e nos vieses apresentados em relação a aspectos subjetivos e simbólicos que se associam a sua representação social em um espaço de grande domínio masculino. Esta pesquisa analisa as representações sociais femininas presentes em seus discursos, buscando identificar por meio de entrevistas com as policiais femininas os círculos hierárquicos diversos, bem como sobre os sentidos do trabalho policial feminino na corporação mineira, sendo esta a mais antiga organização militar de natureza policial brasileira.

Em consonância, Pereira (2020) discorre seus estudos pelo viés da questão de gênero presente no Curso de Formação de Oficiais (CFO), no Estado de Minas Gerais, com intuito de compreender como ocorre o processo de profissionalização tanto de homens quanto de mulheres dentro do âmbito de ensino, destinado a abordar as questões de gênero, abarcando seus papéis profissionais, expectativas e realização de treinamentos. O autor destinou sua tese em analisar tanto os professores de formação quanto os alunos de ambos os gêneros, sendo Cadetes do CFO, abordando em relação a especificidade nas divisões de funções acadêmicas, os treinamentos e as expectativas após a conclusão do Curso, perpassando o viés da isonomia de gênero nas relações profissionais.

A Polícia Militar se refere a uma força de segurança pública que tem como base de atuação o policiamento ostensivo e preventivo, mantendo a ordem pública. Com sua origem desdobrada desde o período colonial era pautada ao controle social e a garantia da segurança. O olhar de militarização atribuída a polícia validou-se apenas com o a instauração da República, sendo em 1904 em São Paulo, a Força Pública de São Paulo, estando presente posteriormente na Constituição de 1934, reconhecidas oficialmente, prestando suas funções a preservar a ordem e a segurança, neste sentido como declara Helena Carreiras (2002, p. 35), “[...] o mundo que cerca o soldado é caracterizado por estereótipos de masculinidade, projetados como medida de competência, armadura de luta e protótipo de heroísmo”.

Posto isto, debater sobre a historicidade da Polícia Militar, coloca-se em xeque a questão de gênero, marcada até então por uma tradição masculina, a participação das mulheres nesta instituição tem evoluído ao longo do tempo. Presentes apenas a partir do século XX, a presença tardia da mulher se dá principalmente sob o reflexo da sociedade patriarcal, este modelo dá ao pertencimento dos meios sociais literalmente à figura masculina, centralizando o poder da família, disponibilizando de honrarias relacionadas à liberdade quanto aos espaços públicos. Em contrapartida, ao domínio do espaço privado caberia a figura feminina, em diversas funções, a condução do lar,

figuras de poder locais, centradas no homem, latifundiário, dono de escravo e chefe de família. Embora a família brasileira estivesse inserida em um vasto arcabouço de organizações familiares, a partir da ação e poder dos grandes proprietários rurais do período colonial, a família patriarcal se fez como importante referência na organização da estrutura familiar brasileira, sendo a estrutura na qual se apoia os motes da organização social do Brasil. Centrada na pessoa do patriarca, de onde emanava a autoridade, e na carência da proteção não recebida pelas instituições legais de poder, a família patriarcal fazia-se valer com foco irradiador das decisões ligadas aos indivíduos sob sua influência (CRUZ, 2014, p. 41).

A história da participação das mulheres na Polícia Militar é um reflexo das transformações sociais e culturais que o Brasil experimentou nas últimas décadas, sendo a partir de 1980 o marco da entrada da mulher na instituição. Embora haja progresso, a luta pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento do valor das mulheres nas forças de segurança continua, sendo esta trajetória ainda marcada por desafios, conquistas e a busca por um espaço de respeito e reconhecimento dentro de uma tradição histórica ainda dominada por homens.

## Teses sobre a representatividade da mulher na PM: principais conclusões

A presença da mulher no âmbito reconhecido pela masculinidade, em xequê a Polícia Militar, é um tema relevante e complexo, já que envolve questões sociais, culturais e institucionais. O aumento de sua representatividade ainda demanda de desafios significativos a serem enfrentados, investigado por Silva (2020), sobre a questão se as mulheres policiais sofrem violências quando não atendem ao padrão instaurado da corporação, em que torna evidentes atributos como à força, coragem, virilidade, entre outras demandas que interferem na sua atuação profissional, a autora a priori se deteve as primeiras policiais femininas da Polícia Militar da Paraíba, a qual identificou dificuldades quanto à entrada na corporação. À luz disso, foi perceptível segundo Silva, a confirmação do hábito alinhado ao gênero, na forma velada, haveria a necessidade de posturas no viés do efetivo masculino, havendo assim, o que foi chamado pela pesquisadora de ‘militarismo feminino’, norteando a formação das soldadas pioneiras.

Por conseguinte, foi possível apontar segundo Silva, que as policiais acreditem haver padrões para que sejam aceitas na corporação, em que, alinhadas a eventos exige-se a ‘estética feminina’, sendo aquelas que se enquadram ao modelo socialmente considerado ‘belo’, alicerçado nas características de mulheres brancas, magras e mais femininas. Em contrapartida, quando se relaciona a atividades operacionais, o padrão se altera, sendo buscadas as mulheres que apresentam atributos mais masculinos. Assim, percebe-se que elas se apropriam na maioria das vezes, do capital simbólico do campo policial para serem aceitas. A pesquisadora elencou haver avanços em relação à especificidade apresentada pelas mulheres e que foram atendidas dentro da instituição, principalmente associadas à maternidade e lactação, contudo, ainda se deixa a desejar quando está em xequê a questão de alojamentos, fardamento e banheiros.

revelam que elas sofrem resistências quando assumem atividades operacionais por não serem consideradas adequadas para o serviço. Há apreensão de que elas devem assumir posição complementar, pois, por atributos inerentes ao gênero feminino, são adequadas para humanizar a corporação, discurso percebido desde a entrada das primeiras soldadas até os dias de hoje. Tal comportamento é ratificado, inclusive, pelas policiais que se apropriaram do discurso dominante, o que revela por fim, que o poder simbólico que rege a instituição ainda estrutura os símbolos, prática e a cultura organizacional da caserna (Silva, 2020, p.176).

Em consonância, Oliveira (2020), analisando a Polícia Militar de Minas Gerais, destacou percepções que mulheres estão distribuídas por todos os postos e graduações da Corporação, mesmo que seu acesso ainda esteja imitado a 10% das vagas. Diante das entrevistas realizadas, ressalta Oliveira, que as policiais vivenciaram momentos os quais foram expostas que sua presença era desnecessária, quando comparada ao masculino na mesma patrulha ou viatura, em que a maioria dos

relatos torna nítidas situações como de inferiorização, desvalorização, subjugamento e invisibilização da sua atuação. “As mulheres policiais-militares entrevistadas relataram por diversas vezes situações nas quais o poder masculino, tanto hierárquico quanto de gênero, atuou para deslegitimá-las enquanto mulheres e enquanto profissionais” (Oliveira, 2020, p.194). Fazendo assim nítido, o acompanhar da dominação masculina com a violência simbólica.

Soma-se a isso, Oliveira argumenta que frente à mesma posição hierárquica, é visível que o comando das ações é determinado pela valoração do sexo masculino, ou seja, uma mulher na mesma função de comandante tem sua função valorativa inferior, se acaso um homem atuasse nesta. Outro aspecto ainda destacado é a condição colocada de assujeitamento como se refere o pesquisador, a qual atua para descaracterizar as policiais militares como vítimas de assédio, preconceito e discriminações de toda ordem. Ainda entre outros achados deste estudo, há traços de discriminação no trabalho policial, de forma menos evidente, em que

Como mulheres e homens, em tese, ocupam as mesmas posições hierárquicas, embora as mulheres ocupem cerca de 10% dos postos, a discriminação sexual do trabalho se dá de maneira menos evidente: quando há a presença de uma mulher na equipe de patrulhamento, usa-se o artifício de empenhar-se uma força de trabalho sobressalente, no caso, masculina, para suprir a inferioridade que representa a presença de uma mulher naquela equipe (Oliveira, 2020, p.195).

Por este viés de desparcialidade de gênero, Pereira (2020), argumenta em sua pesquisa a questão da cultura patriarcal presente, sendo o principal reflexo desta divisão, colocando aos homens a disponibilidade da vida social e as mulheres o âmbito doméstico. Mesmo adentrando ao mercado de trabalho, ocasionado principalmente pela dificuldade do homem arcar com o sustento da família, e conquistando maior representatividade, segundo o autor, as desparcialidade ainda continuam evidentes, alinhadas as desigualdades quanto ao salário, por exemplo.

Partindo do olhar de como a condição de ser mulher influencia nas práticas adotadas no CFO da Polícia Militar de Minas Gerais, tanto nos treinamentos quanto nas perspectivas pós curso, Pereira detectou nas disciplinas observadas a diferenciação quanto aos tratamentos entre homens e mulheres, ficando nítida a divergência quanto às mulheres ser devido a sua condição física, “[...] tem o propósito de protegê-las, mostrando subliminarmente que se acredita que elas não seriam fortes o suficiente para cumprir algumas funções que demandassem grande exigência de força física” (Pereira, 2020, p.223). Acrescidas ainda de funções que exigem um esforço físico menor, retratam teor de menor status, presentes durante treinamento do CFO, sendo estas motivadoras de piadinhas, tratamentos segregadores a elas, feitos estes dos discentes do curso, ou seja, se atribui ao gênero masculino funções de maior prestígio e ao feminino com a de menor status. Soma-se a isso, a pesquisa mostrou que as oportunidades são distribuídas de forma desparcial, tendo a influência do gênero um fator quanto aos ensejos profissionais sendo alcançados.

Outro aspecto também avaliado por Pereira é as perspectivas pós curso, frente à isonomia entre homens e mulheres, ressalta-se que a maioria pretende ocupar cargos de comandantes, ficando as funções administrativas como as menos desejadas, associadas à distinção a cargos a serem ocupados por homens e mulheres, havendo críticas frente à temática por parte dos entrevistados relativa ao processo de distribuição de funções em razão do sexo sem que se leve em conta os critérios de qualificação profissional. Quando colocado em xeque sobre padrões instituídos pela organização

destaca-se o anseio pelo ‘homem combativo’, “[...] apto ao enfrentamento, viril, ágil, forte e protetor, porém, não se trata de imposição da PMMG, mas ações praticadas e perpetuadas por policiais sejam estes discente ou docente” (Pereira, 2020, p.224).

Ao mesmo tempo em que se anseia este perfil masculino para funções que exigem o emprego de força e risco à integridade física, há também a expectativa do perfil feminino para as funções de cuidado e assistencialismo, havendo preferência por mulheres para trabalharem em solenidades e cerimônias militares, como se a presença da mulher fosse uma espécie de “adorno” para o ambiente (Pereira, 2020, p.225).

Destarte, Pereira reforça a desigualdade entre homens e mulheres no tocante a ocupação de cargos de chefia, em que se apresenta a mulher na função de auxiliares, tendo também atividades que abarquem emprego de força e risco a integridade física do guerreiro, sejam destinadas prioritariamente a homens, sendo este eleito como o perfil mais adequado e apto para a Polícia Militar. Ainda, em relação à visão dos docentes, ao ambiente escolar de formação CFO, afirmaram que não há diferenciações e influências quanto ao aprendizado dos Cadetes, quando se confronta em relação ao gênero, porém no exercício das atividades, em destaque combate e enfrentamento, “[...] os professores afirmam que as mulheres possuem desempenho inferior ao da maioria dos homens, atribuindo esta diferença de desempenho ao fator biológico da força” (Pereira, 2020, p.226).

Pereira salienta perante a observação do cotidiano, das falas dos indivíduos envolvidos na pesquisa, a divergência de destinação de funções as mulheres e aos homens, a limitação colocada diante de uma cultura que coloca o homem ideal, capaz de executar melhor as atividades de comando, enquanto mulheres restam à adaptação as atividades administrativas, havendo ainda tabus a serem derrubados quando se debate sobre gênero na PMMG.

## Conclusão

Portanto, a igualdade de gênero na Polícia Militar é um tema relevante e complexo que envolve diversas questões sociais, culturais e institucionais. A presença de mulheres nas forças policiais tem aumentado nas últimas décadas, mas ainda existem desafios significativos a serem enfrentados, já que ainda é a minoria na corporação especialmente em cargos de liderança.

Além disso, sobre as desigualdades que atingem as mulheres associadas, as violências que sofrem dentro da corporação, Silva (2020), realça assédios moral e sexual que, na maioria das vezes, não são denunciados creditados pela impunibilidade presente, já que o silêncio é via de regra, sendo que os agressores se aproveitam das funções ou postos exercidos. Assim sendo, a cultura organizacional da Polícia Militar é um ambiente que demanda a discussão de políticas de gênero, para que assim tais práticas como o assédio sejam desencorajadas (Silva, 2020).

Assimetrias de gênero são um dos argumentos defendidos por Oliveira (2020), dentre a sua pesquisa na Polícia Militar de Minas Gerais em que a análise, planejamento e instauração de mudanças se fazem necessários quando o assunto é gênero. Novos conceitos de relações, perpassadas pela questão de poder e de subordinação das mulheres. A necessidade delas levarem uma vida plenamente humana, as quais não precisem se expor a todo tempo sendo desafiadas a se mostrarem capazes tanto quanto os homens, na execução de tarefas de policiamento. A luta ainda continua árdua, entre o ser

policial militar e o exercício do feminino, em que o combate a opressão, machismo, e a sua capacidade em fazer jus aquele grupo exclusivo que a expertise masculina ainda denota (Oliveira, 2020).

Desta maneira, Pereira (2020), também válida em sua pesquisa à presença de desparcialidades, de gênero presentes no curso de Formação de Oficiais de Minas Gerais, havendo a dominância masculina. Ainda, sugere demais pesquisas nesta área com enfoque a outros CFOs, com o intuito de abordagem da existência de elementos de opressão.

Enfim, a igualdade de gênero na Polícia Militar é um objetivo que requer esforço contínuo e compromisso de todos os envolvidos, existindo inúmeras barreiras presentes que evidenciam a não proporção de oportunidades para ambos os sexos de forma justa e igualitária. Assim sendo, promover um ambiente de trabalho proporcional não apenas beneficia as mulheres, mas fortalece a própria instituição, garantindo uma força policial mais legítima e eficaz.

## Referências

BOURDIEU, P. A dominação masculina. *Educação e Realidade*, v. 20, nº 2. Porto Alegre, jul./dez. 1995, pp. 133-184.

CARREIRAS, H. *Mulheres em Armas. A participação militar feminina na Europa do Sul*. Lisboa: Edições Cosmos. Instituto da Defesa Nacional, 2002, p. 34-35.

CRUZ, V. O. *Mulher e Trabalho: Relações de Gênero na Corporação da Polícia Militar do Espírito Santo (1983-1988)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

OLIVEIRA, F. M. “Mulheres de guerra e de paz”: A constituição subjetiva das mulheres policiais do Estado de Minas Gerais através da análise de seus discursos à luz de teorias de poder e gênero. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Minas Gerais, 2020.

PEREIRA, E. G. *A profissionalização de mulheres e homens na Polícia Militar mineira segundo a perspectiva de gênero*. Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, 2020.

SILVA, S. S. N. *Jarros, adornos ou profissionais? Um olhar sobre o papel da mulher na Polícia Militar da Paraíba*. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2020